

A Biologia ainda ri da panacéia (MALU FONTES)

UM DOS FATOS mais abordados pelo jornalismo brasileiro durante a semana, em todas as mídias, foi o anúncio da despedida de Ronaldo, "O Fenômeno", dos campos de futebol. Horas de telejornalismo esportivo, links incontáveis em sites e portais de todo o mundo e manchetes de jornais em todos os idiomas foram usados para elogiar o percurso de um atleta considerado um dos mais brilhantes e talentosos de sua geração e, de modo subliminar, para jogar areia no discurso pirlimpimpim acerca dos milagres hoje anunciados em todos os meios massivos de comunicação que garantem a eternização da juventude e do vigor físico.

INVERDADES - As manchetes que anunciavam a retirada de campo de Ronaldo dividiam-se entre a abordagem do encerramento da carreira em si e a frase de efeito dita pelo atleta, cujas palavras para justificar a decisão de parar de jogar foram: "eu perdi para o meu corpo", acrescentadas de lamentos sobre a tristeza que é para um atleta elaborar mentalmente uma estratégia de jogo e o corpo não mais conseguir obedecer e executá-la. Para dar tons mais romanescos ao seu canto do cisne da bola, tentou introduzir um tantinho de culpa na imprensa que há tempos vem fazendo troça do seus 100 quilos. Atribuiu o sobrepeso ao fato de sofrer de hipotireoidismo, uma deficiência do organismo que retarda a velocidade do metabolismo e dificulta a perda de peso.

E Ronaldo foi mais longe: não poderia, mesmo se quisesse, medicar-se contra isso, pois a medicação seria apontada como doping. Que Ronaldo foi um atleta genial, é verdade, mas as duas afirmações são inverdades, como costumam dizer as raposas da política quando querem dizer que seus nobres colegas mentem. O médico do Corinthians, nem bem as palavras do ídolo pululavam nos sites, desmentia-as. O hipotireoidismo de Ronaldo era latente, ou seja, ainda assintomático, sem manifestação no corpo, e a legislação internacional esportiva estabelece e garante que, para que um medicamento ingerido por um atleta deixe de ser considerado doping basta que sua necessidade médica de uso seja comunicada às instituições esportivas por vias oficiais. E são os médicos que o acompanhavam que dizem isso.

CARTAS - Entretanto, para além das razões e limitações físicas que obrigaram Ronaldo a deixar o futebol e também para além do draminha de deixar o consumidor de informação e os jornalistas de um modo geral atirando-lhe um punhado de culpa sob a alegação do hipotireoidismo e do desafio de não poder ser acusado de doping, o fenômeno substantivo que vem à tona com a impossibilidade física do Fenômeno adjetivo continuar jogando futebol profissionalmente é a máxima de que, apesar da panacéia decantada por múltiplos setores do mundo da técnica e da ciência contemporâneas em torno do retardamento da velhice e do prolongamento da juventude e do vigor físicos, ainda é a velha, ancestral e poderosa biologia quem continua dando as cartas.

Se fossem verdadeiros os milagres prometidos pela ciência e, sobretudo pela medicina estética, e se fossem reais as promessas feitas pelos manuais que vendem como pão quente ensinando a todos (e, sobretudo a todas) como se manter sempre jovem e a não morrer nunca, a não ser que o mortal seja um incompetente desobediente ou sem dinheiro para comprar os kits de longevidade e boa forma, não se veriam atletas poderosos derrotados pelo corpo nem mulheres se tornando de uma feiúra e deformidade obscenas por introduzir no corpo qualquer elemento ou ingrediente que prometa juventude. As dores que tornam uma escada de casa difícil de ser subida por Ronaldo, entre a sua sala de estar e o quarto, e que o impedem de jogar futebol profissionalmente, são as mesmas marcas do tempo e da imposição biológica que tornam as mulheres brasileiras e americanas as mais insensatas do mundo na arte da deformação da própria imagem.

RONALDAS - Como "Ronaldas" decadentes e teimosas que querem continuar acreditando que são fenomenais e ainda batem um bolão estético, as mulheres acima dos 40 anos com qualquer centavo no bolso multiplicam-se nos espaços sociais espantando quem as olhas. Aos 60, pensam que compram, sob a forma de botox, plásticas e silicones, aparência de mocinhas de 25. Lipoesculturadas e com cinturas recém construídas em sessões 'carésimas' de lipoescultura, até enganam de costas, a não ser por algumas protuberâncias subcutâneas aqui e acolá ao longo da superfície das costas, assemelhadas à doença das vacas chamada de berne, que ficam como a marca indesejada da cânula do lipoescultor que lhes sugou a gordura sobrando. Mas, o pior dos cenários, é quando uma dessas mocinhas pós-50 viram-se subitamente de frente, estampando a visão do inferno ao sonhador masculino que a acompanhava a rebolar numa calça skinny e ostentando um top justo. Diante da

crescente dificuldade feminina que se percebe nos cenários sociais mais privilegiados de envelhecer corpo e rosto com alguma dignidade, vale indicar a esse contingente em processo de metamorfose à base de toxina botulínica e silicone o exemplo de Ronaldo. Aos 65, nenhuma mulher vai poder parecer ter 30. O máximo que se consegue é um arremedo de remendos, um corpo envelhecido emulando uma juventude que já foi, ou seja, uma velha caricata, assustadora e que chama muito mais atenção pelo aspecto grotesco do que pela manutenção dos traços joviais que acredita estar comprando. Como Ronaldo de certa forma disse, o tempo é inexorável (e inechorável também). O tempo sobre o corpo, de homens e mulheres, ainda é soberano e a biologia ainda ri da panacéia que promete o apagamento das marcas do envelhecimento. Todos ainda somos derrotáveis em nossa juvenília, tanto o Ronaldo que admite essa derrota quanto as Ronaldas vencidas que a renegam a qualquer custo.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado em 20 de fevereiro de 2011 no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

O trem-bala deve ser construído? SIM

O Brasil precisa e merece (BERNARDO FIGUEIREDO)

O PROJETO DO TREM de Alta Velocidade (TAV) ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas foi incluído no PAC em janeiro de 2007, num momento em que se evidenciava a necessidade de intervir estruturalmente no equacionamento do transporte de passageiros, por causa da saturação da infraestrutura aeroportuária e rodoviária neste eixo que concentra boa parte da população e da renda nacional. O TAV nessa distância é um concorrente implacável com os transportes aéreo e rodoviário.

O mesmo não ocorre com trens de média velocidade, que também têm custos elevados de implantação, mas não são competitivos por causa do tempo maior das viagens.

A interligação dos aeroportos do Galeão, de Guarulhos e de Viracopos e destes com as regiões centrais do Rio e São Paulo permitirá a otimização do uso dessas infraestruturas e viabilizará a exploração da capacidade potencial de Viracopos. As alternativas que se apresentavam para esse corredor eram a construção de novos aeroportos e a de uma nova rodovia ligando o Rio a São Paulo, como chegou a ser proposto pelo governador de São Paulo na época. Essas opções, além de não resolverem estruturalmente o problema, porque rapidamente estariam saturadas, implicavam graves custos ambientais e sociais, pelos efeitos negativos que o incremento do tráfego aéreo e rodoviário gera na qualidade de vida e no meio ambiente nos aglomerados urbanos.

Quantos aeroportos ainda podem ser construídos nas áreas urbanas do Rio de Janeiro e de São Paulo? Quantas rodovias ainda cabem no Vale do Paraíba? O transporte ferroviário de alta velocidade é a solução tecnológica mais moderna, adotada mundialmente em função da qualidade dos serviços que oferece e de ser uma alternativa de transporte capaz de expandir sua capacidade com investimentos marginais. O eixo Rio-São Paulo é considerado por especialistas internacionais como um caso típico em que se encontram todos os atributos necessários à implantação de trens de alta velocidade.

Os estudos técnicos do projeto foram feitos por especialistas reconhecidos internacionalmente e a modelagem de concessão adotada é inovadora, desafiante para os investidores e a que menos recursos públicos exige dentre as adotadas em todos os sistemas semelhantes.

As exigências de transferência de tecnologia garantem o domínio desse conhecimento pelo poder público e níveis crescentes de nacionalização da produção de equipamentos e sistemas. Os custos do investimento dimensionados para o projeto exigem padrões elevados de competitividade dos fornecedores, especialmente do segmento de construção civil, e a modelagem da concessão garante que os impactos de eventuais aumentos nos custos dos investimentos terão efeitos apenas na rentabilidade do capital dos investidores, majoritariamente privados. O projeto do TAV Rio-São Paulo-Campinas tem por objetivo oferecer um serviço de transporte de qualidade, seguro, confiável e sustentável à população da região. O TAV não concorre com outras necessidades de investimento. O governo está construindo 5 mil km de ferrovias, um investimento inédito no país, e está apoiando todas as iniciativas estaduais e municipais de construção de sistemas urbanos de transporte de massa.

O fato de existirem outras carências na nossa infraestrutura de transportes não justifica negligenciar no atendimento às necessidades de transporte do maior aglomerado urbano do mundo. O Brasil precisa se atualizar tecnologicamente no transporte de passageiros, e Rio e São Paulo merecem um serviço de transporte à altura de sua importância.

O trem-bala deve ser construído? NÃO

Hoje, projeto não é prioridade (MANSUETO ALMEIDA)

NÃO HÁ DÚVIDA de que é agradável viajar em trens de alta velocidade. Esse tipo de transporte é pouco poluente, rápido e confortável.

No entanto, sabe-se também que é ainda melhor morar em um país que possui escolas públicas de boa qualidade para qualquer criança, independente do local de nascimento ou do poder aquisitivo da família, como ocorre na Finlândia.

É também agradável morar em um país em que os hospitais são tão bons que não se sabe quais deles são públicos ou privados, como acontece na Alemanha.

O ideal seria morar em um país que possuísse boa infraestrutura, inclusive com disponibilidade de trens de alta velocidade, boas escolas, com professores capacitados, e excelente serviço de saúde pública.

Infelizmente, o Brasil ainda está longe de ser esse país; assim, não pode se dar ao luxo de embarcar em aventura de elevado custo, cujo retorno social é altamente incerto.

O projeto do trem-bala não é prioritário para um país que ainda sofre para melhorar a qualidade do seu ensino, melhorar os serviços de saúde e recuperar a infraestrutura que tira a competitividade do setor privado, devido à carência de investimentos em portos, aeroportos, energia e rodovias, como mostraram vários estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (comunicados nº 48, 50, 51, 52 e 54). Projetos de trens de alta velocidade são caros em qualquer lugar do mundo, e o Brasil não é exceção. O projeto do trem-bala brasileiro está orçado em R\$ 33 bilhões, mas nesse valor não está incluída a parcela de reserva de contingência para arcar com eventuais custos não programados do projeto. Some-se a isso os fatos de o projeto envolver subsídios de até R\$ 5 bilhões para as concessionárias e de a maior parcela do financiamento ser de recursos do BNDES, que não os tem e vai precisar de mais um empréstimo do Tesouro Nacional, como autorizado pela medida provisória nº 511, de 5 de novembro de 2010, que empresta R\$ 20 bilhões para o BNDES financiar o projeto.

É bom olhar o exemplo dos casos dos trens de alta velocidade da Itália, que começaram como projetos de parceria público-privada e terminaram sendo absorvidos integralmente pelo setor público, devido a sucessivos aumentos no custo de tal projeto. Isso levou a um aumento da dívida pública e do deficit público em mais de um ponto percentual do PIB.

No Brasil, o custo do trem-bala é tão incerto que a medida provisória acima mencionada dá carta branca para que o ministro da Fazenda renegocie esse empréstimo para 20, 30, 40 anos ou mais para compatibilizar o fluxo caixa do banco ao financiamento do projeto.

Adicionalmente, o artigo 4º dessa mesma medida estabelece que, no caso de não pagamento, o BNDES será perdoado da dívida, que será arcada, integralmente, pelo Tesouro Nacional (leia-se nós, contribuintes). Projeto de trens de alta velocidade têm elevado custo fiscal e não se sustentam sem elevados subsídios públicos. Esse não é um investimento prioritário para o Brasil neste e nos próximos anos, principalmente quando se reconhece que ainda precisamos avançar, além dos investimentos em saúde, educação e infraestrutura, na agenda de desoneração tributária da folha salarial e do investimento, que ainda não avançou por conta da impossibilidade de o governo abrir mão de receita fiscal.

Insistir no projeto do trem-bala é mais uma prova de que ainda sofremos um pouco da megalomania do "Brasil do futuro" da década de 70, que nos levou à década perdida.

MANSUETO ALMEIDA é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Bravura Indômita" (CONTARDO CALLIGARIS)

PASSEI JULHO e agosto de 1969 no sítio do meu então sogro, Bob Bond, na periferia de Houston, Texas. Bob, mestre de obras, estava entre dois empreendimentos, de férias. Eu, vindo da Europa e fascinado pela televisão que emitia a noite toda, não dormia nunca. Bob levantava antes do amanhecer e me puxava de diante da televisão para me enfiar na sua caminhonete e me levar a Galveston, de onde saíamos de lancha; pescávamos na primeira luz da manhã e arrastávamos uma rede pelo fundo arenoso do mar, para juntar camarões para o almoço.

De volta a Houston, cuidávamos de seus cavalos, que viviam soltos. Nos sítios da região, as cercas eram usadas sobretudo ao longo da estrada asfaltada: bichos e humanos circulavam, livres, numa vasta extensão aberta. No meio de uma noite, Wolfgang, o pastor-alemão da casa, explodiu em latidos. Bob apareceu na sala, tranquilo, de pijama, botas, chapéu Stetson e dois revólveres na mão. Sem falar nada, desligou a televisão e me entregou uma das armas, na escuridão. Logo, ele pegou uma lanterna, que não ligou, e saiu de casa; eu fui atrás dele.

No breu, vinha na nossa direção, com uma lanterna acesa, um homem alto e magro, com um Stetson igual ao de Bob; ele puxava o baio que era o mais lindo dos cavalos de Bob. Wolfgang dava círculos ao redor do intruso, latindo, mas intimidado pela própria calma do homem. Era um vizinho: ele tinha encontrado o baio na estrada e o levava de volta para nós. Bob agradeceu e conversamos; as duas lanternas que, na noite, pareciam um fogo de acampamento, os chapéus, a presença das armas nas nossas mãos, tudo evocava um quadro noturno de Frederic Remington (sei lá, <http://migre.me/3Sq06>).

Numa tarde de agosto, Bob e eu assistimos a "Bravura Indômita", de H. Hathaway, com John Wayne. As primeiras palavras de Bob, saindo do cinema, foram: Você imagina Rooster Cogburn parando para abrir uma porteira no meio do caminho? Para Bob, o arame farpado era o símbolo de tudo o que impede de "move on", de ir em frente, não apenas geograficamente. Bob teria amado o novo "Bravura Indômita", dos irmãos Coen, porque o filme (assim como o livro de Charles Portis, Alfaguara), sem perder o humor, é mais sóbrio que o de 69, mais atento à gravidade das questões que ele levanta.

Bob gostaria de ver levada a sério a ideia de que a vingança privada pode ser toda a justiça da qual precisamos. Ele também gostaria de uma visão do mundo em que os bandidos não sofrem de leis interiorizadas ou culpas e os delegados não são animados por vocações morais, ou seja, em que o conflito entre a lei e o crime é apenas mais um conflito armado.

Foi Bob, na saída daquele cinema de Houston, que me ensinou o ditado pelo qual "a Revolução de 1776 nos deu a liberdade; quem nos deu a igualdade foi Samuel Colt". Incidentalmente, os revólveres de Bob eram Colts. Alguns dirão que é por isso mesmo que, nos EUA, não faltam malucos para sair matando a esmo. Bob apenas notaria que tudo tem um custo. Você quer se vingar? Pode perder um braço. Quer ser livre? Vai encontrar loucos armados por aí.

Talvez os mesmos digam que a liberdade do indivíduo serve só para filmes e romances. No caso, a galopada de Rooster Cogburn seria um mito, que narra (agradavelmente) a transformação da sociedade norte-americana no fim do século 19. Certo; é isso mesmo. Mas a liberdade dos protagonistas de "Bravura Indômita" não é uma abstração nem uma invenção estética, é um passado concreto, que permanece no âmago de nossa ideia de liberdade. Esse passado começou na Europa da "sociedade cavaleiresca" (livro essencial de Georges Duby, Martins Fontes), quando os poderes instituídos eram sempre distantes, enquanto o bem e o mal estavam nas mãos de homens armados errando e lutando pelas florestas que cobriam o continente.

A invenção dos EUA apenas aprimorou: no meio de um território tão selvagem quanto o da Europa do ano 1000, em vez de cavalheiros e bandidos católicos, foram soltos protestantes insubmissos a qualquer autoridade que lhes dissesse o que pensar. Pois bem, como Bob, tenho saudade do Velho Oeste. Uma sugestão. Se você tem uma filha entre dez e 16 anos, assista ao filme com ela e constate: é extraordinário como infantilizamos nossas crianças (e como elas se aproveitam disso para se infantilizar).

[ccalligari@uol.com.br](mailto:calligari@uol.com.br)

Rede social começa a virar shopping

No Reino Unido, consumidor pode fazer compras direto do Facebook. Social Media Week, evento realizado em nove cidades no mundo, debate tendências da tecnologia

ROSELI ANDRION - COLABORAÇÃO PARA A **FOLHA**, DE LONDRES

A semana passada celebrou as mídias sociais em todo o mundo. Em nove cidades ao redor do planeta, Twitter, Facebook e assemelhados foram o tema da Social Media Week, que teve sua primeira edição em 2009, em Nova York. No ano passado, outras cinco cidades se juntaram ao projeto. Neste ano, mais três aderiram. A **Folha** acompanhou palestras e oficinas em Londres e em São Paulo, onde foi realizada a segunda edição da SMW. Em Londres, uma ampla gama de conferencistas chegou a uma

afirmação em comum: socializar é uma característica do ser humano que foi facilitada pela tecnologia. "Continuamos experimentando coisas na vida real. A diferença é que agora podemos contá-las on-line", diz Molly Flatt, da agência 1000heads (www.1000heads.com).

Aproveitando a deixa, os clubes de compra devem começar em breve a enviar ofertas mais adequadas aos interesses de cada consumidor, de acordo com Odera Ume-Ezeoke, vice-presidente de relações com o consumidor do Groupon. "Nós ajudamos as pessoas a fazerem o que elas sempre quiseram fazer: socializar, compartilhar, flertar... Tudo dentro de um contexto", diz.

E o ambiente é cada vez mais frequentado por corporações, que buscam descobrir como são avaliadas pelos consumidores, diz Mark Shaw, especialista em Twitter.

Usuários do Facebook já podem experimentar o shopping do futuro sem precisar se desconectar da rede social, que reúne mais de 500 milhões de pessoas de todo o mundo. A partir de agora, parte dos 700 bilhões de minutos que eles passam conectados todo mês poderá ser dedicada às compras.

Em reportagem publicada em setembro, a **Folha** indicou esse movimento como um dos próximos passos das empresas dentro das redes sociais. Hoje, produtos da Asos (que teve aumento nas vendas depois que passou a interagir com os clientes no próprio Facebook), French Connection e BestBuy já podem ser comprados diretamente pelo Facebook por quem mora no Reino Unido.

Esse movimento foi considerado por Mark Zuckerberg como a próxima grande promessa. "Se eu tivesse de adivinhar, diria que o comércio social é a próxima área a explodir", afirmou no ano passado. Agora, prepare-se para ver em breve as lojas brasileiras diretamente na sua página no Facebook.

A batalha dos alimentos (BENJAMIN STEINBRUCH)

AS DUAS GRAVES insurreições que eclodiram no norte da África recentemente, na Tunísia e no Egito, têm a ver com problemas políticos, naturalmente, porque ocorreram por conta de descontentamentos com governos que perderam sua representatividade popular depois de longos anos no poder. Mais do que isso, porém, segundo os analistas internacionais, essas revoltas foram construídas por populações jovens atingidas ao mesmo tempo pela falta de oportunidades de trabalho e pelo forte aumento nos preços dos alimentos.

Revoltas populares de menor vulto se deram também em países como Marrocos, Argélia, Iêmen e Jordânia, sempre tendo como pano de fundo os preços dos alimentos.

O Brasil é um dos países beneficiados por esse movimento de preços, porque é grande produtor e exportador agrícola. Mas, embora beneficie o Brasil, não se pode negar que o problema do custo da alimentação é crucial para o mundo de hoje e exige atitudes corajosas por parte das autoridades mundiais. Essas intervenções, porém, não podem ser conduzidas para colocar a conta nos ombros dos produtores de alimentos.

A reação europeia, por exemplo, tem sido muito forte. O presidente da França, Nicolas Sarkozy, na presidência do G20, está defendendo a criação de um mecanismo para evitar a volatilidade dos preços das commodities, com a formação de estoques reguladores de alimentos.

A sugestão é boa, desde que não introduza artificialidades no mercado e seja voltada a evitar ações especulativas no comércio global de alimentos. Mas ela merece uma pergunta e uma ressalva. A pergunta: por que nunca partiu do Primeiro Mundo a ideia de criar estoques reguladores durante os longos anos em que os preços das commodities agrícolas estavam em baixa? A ressalva: a alta dos alimentos advém da escassez e do extraordinário aumento da demanda de alimentos no mundo, muito acima da oferta. Além disso, decorre de um movimento cíclico na produção mundial, bastante influenciado pelas condições climáticas. Nessas condições, não havendo excesso de produção, é muito difícil pensar em formar estoques reguladores.

Em 2008, quando os alimentos também haviam subido bastante, um funcionário da ONU disse que os culpados pela alta eram os produtores de biocombustíveis e os responsabilizou pela fome no mundo. Chamei, então, essa afirmação de "despautério", porque havia fatores muito mais importantes que explicavam e ainda explicam a elevação dos preços dos alimentos.

O primeiro aspecto, atualmente, é a quebra das safras mundiais de grãos, fator muito mais importante na formação dos preços do que a ação dos especuladores.

O volume de produção se torna ainda mais insuficiente quando se observa a crescente população mundial e a ascensão dos milhões de cidadãos de países emergentes à condição de consumidores na cadeia alimentar global. O segundo aspecto tem a ver com a distorção provocada pelos bilionários subsídios oferecidos pelos EUA e por países da Europa, em especial a França, para produtores

ineficientes de alimentos.

Esses doadores de subsídios forjam, há décadas, a formação de preços irreais que impedem países pobres de desenvolver culturas que poderiam colaborar para o aumento da oferta mundial de alimentos e para a redução dos preços. Para países paupérrimos da África, esses subsídios representam uma concorrência desleal criminosa, porque sufocam qualquer tentativa de desenvolver produções agrícolas locais.

Mas o continente depende de políticas globais de ajuda técnica e financeira, além das mudanças no sistema de subsídios à agricultura do Primeiro Mundo, que não podem ser bruscas para não provocar um colapso produtivo. Alimentação será o tema do ano no G20, uma batalha que começa nesta semana, em Paris, e termina na reunião de chefes de Estado, em outubro. O Brasil não pode se omitir.

BENJAMIN STEINBRUCH, 57, empresário, é diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, presidente do conselho de administração da empresa e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

bvictoria@psi.com.br

Uma TV para quem não vê (JAIRO MARQUES)

O "**SERUMANO**" que inventou aquela máxima "uma imagem vale mais do que mil palavras" cometeu uma gafe histórica que precisa ser reparada. Como sou um menino "bão", igual ao que se diz lá na minha terra, vou me atrever a consertar isso. "Para quem nada vê, imagem nenhuma substitui as palavras". O povo prejudicado das vistas, que puxa cachorro, padece para curtir uma novelinha, entender notícias do telejornal ou acompanhar um filme, muitas vezes, pela pura falta de prosa durante as cenas e gravações. Naqueles momentos em que a imagem, na ideia do diretor, dá conta de passar a mensagem sem nenhum texto.

Chama-se audiodescrição o recurso que narra as imagens. Então, quando aparece na tela uma moça arrumadinha tomando sorvete em um sol a pino, uma voz traduz com algo do tipo: "Garota bonita lambe os beijos enquanto chupa um picolé para diminuir o calorão." Um colega cego me contou que, certa vez, chegou em casa e encontrou o filho pequeno vendo televisão com a mãe. Ao ouvir uns "gemidinhos" vindos da TV, reagiu passando um sermão na mulher pela "falta de cuidado" de deixar a criança assistir aquela suposta safadeza. Obviamente não era nada além da passagem de um filme em que um casal carregava móveis para mudar a decoração da casa. Como não havia "tradução", ele ficou boiando.

Para o pessoal com deficiência intelectual, o auxílio da fala também ajuda um bocado para o entendimento da mensagem, uma vez que uma expressão rápida, sutil ou irônica de um ator pode não ser compreendida. Descrever "Odete Roitman franze a testa, fecha ligeiramente os olhos e solta uma babinha no canto da boca mostrando ódio profundo de Maria de Fátima" seria bem mais fácil de ser entendido. Apesar de ser regulamentada desde 2006, a implantação da audiodescrição está sendo empurrada com a barriga pelas redes de televisão. Investem bilhões em supostos avanços tecnológicos, mas não querem gastar pouco com algo que vai facilitar muito a vida de quem quer ver TV com mais conforto. Ninguém exige que haja o recurso narrativo durante toda a lenga-lenga do "Big Brother", afinal ficaria aquela ladainha: "Menina de tanga toma sol com a bunda empinada à beira da piscina". O que a regra prevê é bico de ser cumprido, duas horas durante a programação diária. Será que dói?

OUTRAS LÍNGUAS

O closed caption -aquelas legendas nas imagens para serem compreendidas por quem tem o escutador de novela avariado- é fundamental para surdos e também já tem regulamentação para ser implantado há quatro anos. Por ser considerado "mais fácil" de ser implantado, devagarinho, as TVs até estão colocando o recurso em algumas sessões de filmes ou programas jornalísticos. É pouco.

Já a tradução para libras -para quem usa a língua de sinais- só aparece, às vezes, em cultos e missas na TV. Quem sabe é para salvar a alma dos mal-acabados. Trata-se de uma janelinha em algum canto da tela, com alguém mexendo sem parar as mãos. Contudo, o gesto maior tem sido das emissoras: dar de ombros para a determinação que prevê uma TV para todos. No blog, tem um exemplo bem "maraviwonderful" de audiodescrição!

jairo.marques@grupofolha.com.br – Folha de São Paulo, fevereiro de 2011

Estatuto das Famílias (RODRIGO DA CUNHA PEREIRA)

A CÂMARA APROVOU em dezembro um dos textos normativos mais avançados e modernos do mundo em matéria de direito de família.

De autoria do deputado Sérgio Barradas (PT-BA), o projeto de lei conhecido como Estatuto das Famílias foi elaborado pelo IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família, após longas e democráticas discussões entre seus quase 5.000 sócios em todo o país. Em sua essência e "espírito", imprime a ética da solidariedade, dignidade, responsabilidade e afetividade.

O texto, aprovado em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), apesar de ter sofrido várias alterações em seu percurso, muitas delas de conteúdo moral e religioso, traz em linguagem simples a tradução e a regulamentação das novas relações familiares.

Por novas relações familiares entendem-se aquelas anunciadas na Constituição de 1988, que considera a família como um "locus" do afeto e da formação da pessoa humana para muito além de sua função institucional. A família foi, é e continuará sendo sempre a "célula-mater" da sociedade, em que se inicia a formação dos sujeitos e, portanto, onde nasce a pátria.

Mas ela não é mais constituída somente pelos sagrados laços do matrimônio. Essa é apenas uma de suas formas de constituição, embora seja paradigmática. O Estatuto quis dar proteção e direitos a todas as famílias, embora, por razões religiosas, tenham sido excluídas as famílias homoafetivas.

É inacreditável como se invoca a lei de Deus e se cometem tantos pecados ao expropriar e excluir pessoas do laço social. Lamentáveis, também, as informações equivocadas veiculadas pela imprensa sobre as amantes, que continuarão como sempre foram, mas não recebem amparo jurídico nesse estatuto.

O Estatuto das Famílias, que poderíamos chamar também de Código das Famílias, vai muito além de enumerar e de proteger a família conjugal e a família parental.

Ele estabelece regras e princípios processuais simplificados, adaptando-se a um Judiciário brasileiro quase caótico em razão do excessivo volume de processos.

Por exemplo, a cobrança da pensão alimentícia fica mais simples e ágil. Além de pedir a penhora dos bens ou a prisão do devedor de alimentos, agora pode-se protestá-lo com as instituições de crédito, o que facilitará muito mais o recebimento da pensão.

Mais que facilitar os procedimentos processuais em geral, o Estatuto incentiva a conciliação e a mediação como eficazes técnicas de dirimir conflitos, desestimula a litigiosidade e imprime mais responsabilidades às partes envolvidas em processo judicial. Em relação à filiação houve também um grande ganho e avanço. Passou-se a admitir a "parentalidade socioafetiva". Isso significa o reconhecimento da paternidade e da maternidade como funções exercidas. Essa nova categoria, que já vinha sendo reconhecida pelos tribunais brasileiros, dá prioridade, cria laços e consequências jurídicas às pessoas ali envolvidas.

Esse Estatuto, sobretudo, valoriza a família como a verdadeira fonte do amor e da responsabilidade. É um presente da Câmara dos Deputados a todos os brasileiros.

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA, 52, advogado, mestre e doutor em direito civil, é presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM. - **Folha de São Paulo, fevereiro de 2011**

Celebrações mais econômicas (GUSTAVO CERBASI)

EM MUITOS PAÍSES, principalmente os de cultura anglo-saxã, hoje é Dia de São Valentim, ou Dia dos Namorados.

Como aqui, muitos lá fora fazem dessa data o momento de demonstrar seu amor de maneira incondicional, pagando um jantar no melhor restaurante ou comprando o mais magnífico buquê de flores com bombons refinados -mesmo que isso arruine as contas do apaixonado por vários meses.

Outros, mais céticos ou com menos verba, apenas veem esse dia como uma jogada comercial para elevar preços e trazer às lojas consumidores mais preocupados com o efeito da compra do que com a justiça dos preços. De fato, esse é o propósito de datas como Dia da Criança, Dia das Mães e Dia dos Namorados. No Brasil, segundo a Wikipedia, a tradição de São Valentim foi criada através de uma campanha da Associação Comercial de São Paulo e levada para o dia 12 de junho, véspera do Dia de Santo Antônio.

Nesse período, o comércio e os serviços emolduram suas vitrines com corações e faturam alto com a paixão alheia. Os apaixonados, por sua vez, desembolsam o que jamais pagariam se não existisse um motivo forte como a obrigação do simbolismo da data.

Como consequência, os recursos que poderiam comprar dois ou três buquês de rosas ao longo do ano são gastos de uma só vez para atender à celebração.

É esse raciocínio que me leva a escrever sobre o tema em uma data que não é, de fato, o nosso Dia dos Namorados. Gastar bem é uma questão de planejamento.

No afã de atender a expectativas dos lojistas, usamos mal nosso dinheiro em celebrações que não passam de simbolismo. Em vez de comprar um buquê de três dúzias de rosas no Dia dos Namorados, não seria mais interessante para o relacionamento -e para o bolso- comprar meia dúzia de rosas todos os meses, exceto em junho?

Comprando fora do pico, fugimos da alta dos preços e driblamos parte da inflação no nosso orçamento. O mesmo vale para o bacalhau da Páscoa, as nozes do Natal e o vinho do Dia dos Pais.

Nos tempos das vacas magras, eu comemorava o Dia dos Namorados sempre um dia depois, para aproveitar os descontos das queimas de estoque. Atualmente, gosto de comemorar o Dia dos Namorados hoje, Dia de São Valentim. Em 12 de junho, vejo um filme romântico e como pipocas em casa, sob o edredom, só para não ficar de fora do clima.

No Dia da Criança, procuro celebrar com as crianças de maneira intensa e aproveitar os presentes comprados com grande antecedência. No Dia das Mães, uma experiência em família, como um passeio diferente, vale mais do que um lenço de seda que mamãe usaria apenas por obrigação. Essas estratégias simplificadoras ajudam a gastar menos, o que nos permite gastar mais vezes.

Está aí a grande vantagem.

Não quero levantar uma bandeira contra as estratégias do comércio, que são necessárias diante da incapacidade do brasileiro de lidar bem com suas finanças.

A típica família que vive endividada gasta muito com bancos e pouco com compras, o que obriga os lojistas a criar iscas para compras concentradas. São elas que salvam o ano de quem vende.

Porém, com um pouco de planejamento e estratégia de consumo, poderíamos consumir com mais frequência e diminuir a sazonalidade do comércio. Em outras palavras, comprar menos, mas todos os meses, em vez de comprar muito poucas vezes por ano. A sazonalidade é cara para qualquer empresa, exige contratações temporárias e espaços superdimensionados para estoques. Esse custo vai para os preços que pagamos. Por outro lado, clientes fiéis e frequentes são mais bem atendidos e conseguem melhores condições de negociação, compram mais por menos.

Minha sugestão: aproveite a deixa da data e as ideias que se multiplicam hoje na internet e nos jornais para planejar seu próximo Dia dos Namorados, que pode ser mesmo em 12 de junho.

Evitando a correria e antecipando as boas compras, a celebração poderá ser muito mais intensa.

GUSTAVO CERBASI é autor de "Casais Inteligentes Enriquecem Juntos" (ed. Gente) e "Como Organizar Sua Vida Financeira" (Campus). - Internet: [@gcerbasi](http://www.maisdinheiro.com.br) - **Folha de São Paulo, fevereiro de 2011**

NO OSSO (LUIZ FELIPE PONDÉ)

ESTOU FELIZ. Dirão meus detratores que minto porque um niilista nunca está feliz. Mentira. A felicidade de um niilista apenas custa mais caro porque não é "made in China". Está mais para BMW do que para Chery. Estou feliz porque vi um filme que me deu esperança no cinema dos próximos anos: "Inverno da Alma", de Debra Granik.

Com os 80 anos do grande Clint Eastwood, temo por sua herança. Encontrei em Debra Granik uma esperança. Quem achar estranho que uma mulher seja a herdeira de um cineasta que fala de virilidade engana-se.

Num cenário como o atual no qual os homens, quase todos, falam fino e pedem permissão às mulheres para dizer o que pensam, só podíamos mesmo ter esperança que as cineastas mulheres se tornassem as possíveis herdeiras daquilo que os homens estão a perder: a coragem de dizer que a vida é um drama sem solução. Hoje, são os homens que esperam o príncipe encantando.

"Inverno da Alma" é filme de gente grande, coisa rara na medida em que a democracia de mercado avança (e tem que avançar mesmo, senão todo mundo morre de fome, como na África) e faz do cinema coisa para retardados. A luta no capitalismo avançado e na democracia de massa é pela defesa da inteligência, que sofre o risco constante de atolar num pântano de bobagens para fazer a

classe média se sentir segura.

Nada contra filmes divertidos, de ação, de terror e coisas assim. Mas quando o cinema resolve salvar o mundo, mudar o mundo, mudar as pessoas, meu Deus, que tédio.

Parafrazeando o grande Oscar Wilde (1854-1900), que disse algo como "toda poesia sincera é ruim", todo filme no qual o diretor quer salvar o mundo é ruim. Mas como a audiência costuma ter o mesmo nível mental do diretor, quase ninguém percebe que está diante de coisa do jardim da infância.

Em 2004, Debra Granik já fizera "Down to the Bone", filme sobre uma mulher que luta contra as drogas em meio à criação de seus filhos. Agora ela volta "ao osso" para falar de uma menina de 17 anos que luta para achar seu pai, que meteu sua família numa fria das sérias.

Sua mãe, imprestável, é uma deprimida apática. Em meio à pobreza, a garota cria seus dois irmãos mais novos e cuida de tudo mais. Sozinha diante da vida, sem frescuras, sem "mapa moral", sem a ladainha política de vítima social.

O filme se passa num desses Estados atrasados do sul americano, pobre e rural. Aquela América que o amador Obama não entende. Esperemos que passe logo a onda Obama de governar para a torcida, a fim de ganhar aplausos dos estudantes e das feministas.

Uma das coisas que pode tornar o filme "difícil" é exatamente o fato de ele não oferecer o "mapa moral" que todo mundo gosta de receber quando vai ao cinema ou quando pensa sobre a vida e os costumes. O filme não oferece "mapa moral" porque todos os personagens estão atolados na vida, que é essencialmente um fenômeno amoral, sem os tais "valores" de que todo mentiroso gosta de falar.

Apesar de que ficou na moda todo mundo desfilar "princípios éticos" por aí, a semelhança da hipocrisia cristã do passado, no silêncio de nossas almas nós sabemos que fazemos tudo que for necessário para sobreviver. E quem é exceção, não faz marketing do bem, apenas morre cedo.

Sim, uma dose de "ilusão moral" constitui a vida em sociedade. A própria noção de amor familiar como fato óbvio é uma dessas ilusões (as famílias, às vezes, são máquinas de moer gente e nem toda mãe ama seus filhos, às vezes os odeia e às vezes, com razão).

A metáfora do "osso" aqui é essencial. Em inglês, chegar ao osso é chegar ao fundo das coisas, na sua estrutura mais elementar. É chegar ali onde a ilusão não habita.

A cena na qual a protagonista com a ajuda das mulheres que a tinham espancado, "resolve o enigma" é uma ode à genuína piedade.

Não consigo pensar em maior canto à sofrida dignidade humana (esta mesma que os marketeiros do bem maculam com seu papo-furado) do que a heroína Ree, ao final, tranquilizando seus irmãos pequenos, dizendo que não conseguiria viver "sem o peso deles nas costas". Eis um filme para se ver de joelhos.

ponde.folha@uol.com.br - Folha de São Paulo, fevereiro de 2011

SEXO & SAÚDE

O extraordinário impacto do lixo (JAIRO BOUER)

NA SEMANA PASSADA fui ver um filme que deveria ser exibido em todas as escolas do país! "Lixo Extraordinário", documentário que concorre ao Oscar 2011, mostra a vida dos catadores de material reciclável no aterro sanitário do Gramacho, um dos maiores do mundo, no Rio. Também mostra como a arte pode virar a realidade dessas pessoas de cabeça para baixo.

Quando a gente produz nosso lixo diário, dificilmente pensa no impacto que esses dejetos vão ter para o ambiente e para a vida de outras pessoas. Além de separar os recicláveis (o que já deveria ser uma prática regular em todos os cantos do planeta), a própria maneira como consumimos, produzimos lixo e nos livramos dele deveria ser revista.

É uma cadeia de produção assustadora! O que isso tem a ver com saúde? Tudo! Pode apostar que, quanto mais lixo produzimos, pior estamos nos alimentando!

Outro filme que me veio à cabeça quando vi "Lixo Extraordinário" foi o já clássico "Ilha das Flores" (1989), curta do diretor gaúcho Jorge Furtado que, contando a saga de um tomate, faz uma crítica ácida à nossa sociedade de consumo. Cheque em bit.ly/yMiGO.

A questão ambiental ocupa cada vez mais espaço em nossas vidas. Água, energia, lixo e aquecimento global são temas que vamos ter de encarar. A ligação de tudo isso com nosso estilo de vida, nossa saúde e nosso comportamento não é uma discussão tão óbvia, mas é fundamental. Essa "ecologia" humana já é uma das bolas da vez!

Talvez o mais bonito desse filme seja justamente focar as pessoas, no impacto que o lixo produz em suas vidas, no resgate da sua auto-estima, no poder de compreensão do que é a arte e em como ela pode ser transformadora. Na semana passada, voando para o Rio encontrei um dos personagens (o Tião). Virei tiete! Como o cara é bacana! O lixo pode ser mesmo extraordinário!

jbouer@uol.com.br - Folha de São Paulo, fevereiro de 2011

Ciência, fé e as três origens (MARCELO GLEISER)

UMA EXCELENTE ILUSTRAÇÃO da intersecção entre a ciência e a religião ocorre quando refletimos sobre o que chamo de "as três origens": a do Universo, a da vida e a da mente.

Por milênios, mitos de criação de todas as partes do mundo vêm tecendo explicações para esses três grandes mistérios. No meu livro "A dança do Universo" (Ed. Companhia das Letras, 2006), explorei alguns dos temas míticos que reaparecem na ciência, em particular na cosmologia, no estudo do Universo.

Precisamos conhecer nossas origens. E, desde os primórdios, olhamos para os céus em busca de respostas. Hoje, sabemos que somos aglomerados de poeira estelar dotados de consciência. Para desvendar nossa misteriosa origem, precisamos saber de onde vieram as estrelas, como a matéria não viva se transformou em matéria viva e como essa virou matéria pensante.

Mitos de criação atribuem as três origens a forças sobrenaturais, capazes de realizar feitos que nos parecem impossíveis. Grande parte do conflito entre a religião e a ciência se deve à tensão entre esses dois modos antagônicos de explicação. Qualquer entidade que, por definição, existe além das leis naturais está além da esfera da ciência.

Será que as três origens podem ser explicadas pela ciência, sem a interferência de entidades sobrenaturais? Em caso afirmativo, religiões baseadas em entidades que existem além das leis naturais teriam que sofrer revisões profundas.

Isso não significa que, caso a ciência venha a entender as três origens, não teremos mais uma conexão espiritual com a natureza. Pelo contrário, a compreensão dos fenômenos naturais, dos mais simples aos mais profundos, deveria apenas fortalecer nossa espiritualidade. A racionalidade e a espiritualidade são aspectos complementares.

Religiosos ou não, poucos resistem ao fascínio da criação. As perguntas que fazemos hoje foram já feitas há milênios de anos na savana africana, nas pirâmides do Egito, nas colinas do monte Olimpo e na selva amazônica. O que mudou foi a natureza da explicação. A cosmologia nos mostra que o

Universo surgiu há 13,7 bilhões de anos. Podemos reconstruir sua história a partir de um segundo após a criação - um grande feito do intelecto humano. Mas ainda não podemos ir até a origem. Podemos afirmar que todos os seres vivos na Terra, presentes e extintos, dividem um ancestral em comum, um ser unicelular que viveu em torno de 3,5 bilhões de anos atrás. Mas não entendemos a origem da vida em si e nem sabemos se a questão pode ser respondida de forma definitiva: talvez existam várias origens da vida. Entendemos menos ainda o cérebro, esse fantástico aglomerado de cerca de 100 bilhões de neurônios que define quem somos. Porém, através da ressonância magnética, detectamos as atividades de grupos de neurônios que trabalham como numa orquestra sem maestro.

Se podemos ou não entender as três origens através da ciência é matéria para futuros ensaios. Precisamos destrinchar as questões relacionadas com a natureza e com os limites do conhecimento.

São as questões não respondidas que servem de motivação para os cientistas. O destino final importa menos do que o que aprendemos no meio do caminho.

MARCELO GLEISER é professor de física teórica no Dartmouth College, em Hanover (EUA), e autor do livro "Criação Imperfeita" - Folha de São Paulo, fevereiro de 2011

Tocando em frente (RENATO TEIXEIRA)

NO FINAL DOS anos 60, começo dos 70, os festivais de música popular eram "mania nacional". Foi nesse contexto que cheguei para começar minha carreira, como muito outros jovens que, motivados pelo impacto que Chico Buarque causara no mercado passando com sua banda, sonhavam com a glória.

As novidades eram o bom e velho samba, agora abordando temas sociais, e a música nordestina capitaneada por Vandrê. A música "vinha" da universidade. Era ali que se discutia e se elegia quem era quem no ranking das preferências.

Nesse instante, surge o tropicalismo, para botar mais lenha na fogueira. Você escolhia ser

"Chico" ou ser "Caetano". Chico era da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP), e foi inesquecível quando, no antigo prédio da rua Maranhão, Caetano, Gil, Torquato, Duprat e Décio Pignatari enfrentaram num debate sobre a estética musical os enfurecidos "Chicófilos", inconformados com as roupas de plástico dos tropicalistas.

O movimento comandado por Gil e Caetano foi fundamental para rompermos com velhos padrões e nos prepararmos para os tempos seguintes, em que aprenderíamos a lidar com tecnologias digitais. Eu, vindo de Taubaté sem saber o que significava tudo aquilo, me deixei encantar pelo espírito transformador da minha geração.

O meu sonho era modernizar a música caipira; tirá-la dos horários periféricos e inseri-la no dia a dia das pessoas. Elis foi fundamental quando gravou "Romaria". Essa era a minha canção-manifesto, aquela que buscava dar outra cara para a moda de viola tradicional.

De certa forma, eu continuava visando nitidamente o público universitário, porque era essa a estratégia à qual eu estava acostumado. As gravadoras, entretanto, tinham outro alvo. A elas interessava a periferia das grandes cidades, esse povo que vinha do interior para tentar a vida na capital. O "caipira" delas virou sertanejo, uma mistura do country americano com a estética da jovem guarda. Bingo!

A moderna música caipira, que pode ser chamada de sertaneja, folk ou sei lá o que, mudou o eixo litorâneo que historicamente ditou os rumos da música no Brasil.

Agora, como um touro de rodeio, ei-la levando a cerca no peito e mudando a sonoridade de nossas vidas. Quando ouvi falar no sertanejo universitário, pensei que era comigo. Não era!

Dizem "universitário" para que não sejam confundidos com sertanejos originais. Foi assim com o forró, que também usou o sobrenome emblemático para justificar o fato de a Vila Madalena e as imediações da USP estarem caindo na dança.

Nomenclatura em música não tem importância alguma, mesmo porque Victor e Leo são excelentes, assim como Chitãozinho e Xororó.

As gerações, quando passam pelos 15 anos, costumam se apaixonar por cantores lindos e bem vestidos. Ou não... Depois entram na universidade, casam e têm filhos.

Os "ídolos galãs", se não forem bons para valer, desaparecerão para dar espaço às novidades. Sertanejo fashion? Sertanejo gay? Vale tudo para estar no topo da parada! Eu não me preocupo mais com essas coisas. Ando devagar porque já tive pressa!

RENATO TEIXEIRA, 65, é cantor e compositor, autor da canção "Romaria", gravada por Elis Regina, e de "Amanheceu, Peguei a Viola", parceria com Almir Sater. - **Folha de São Paulo, fevereiro de 2011**

Indústria cultural e manutenção do poder (RAFAEL CORDEIRO)

A técnica permitiu a difusão da cultura para setores da população e, por outro, sacrificou a lógica da arte autônoma



Ilustração Adriano Paulino

"Saber é poder." A frase de Francis Bacon (1561-1626), considerado o primeiro filósofo da modernidade, traduz a disposição do espírito humano para a investigação da natureza e a descoberta de seus segredos. O entendimento da natureza das coisas pela experimentação, ao contrário do conhecimento especulativo da tradição medieval, tornou-se o caminho para as conquistas que poderiam proporcionar ao gênero humano o melhoramento de suas condições de existência. Bacon captou muito bem o espírito de uma

época que começara a perceber que o estudo da natureza poderia levar a novas descobertas e à expansão do conhecimento prático, até então considerado inferior ao conhecimento especulativo. Abriu-se, a partir desse momento, o caminho para a dominação da natureza por meio de técnicas específicas.

E a utilização do método experimental com vistas a esse domínio firmou-se também como um dos pressupostos da ciência moderna.

Bacon tinha um grande fascínio pela técnica que ele conhecera em diversos livros e tratados que o precederam, de autoria de investigadores da natureza, experimentadores e construtores de máquinas e artefatos. A convicção de que esse tipo de conhecimento não poderia ser desmerecido, pois gerava resultados práticos para a vida cotidiana, animou os esforços de Bacon quanto à pretensão de sistematizar um método que garantisse maior eficácia técnica. Portanto, a junção de técnica e conhecimento experimental, que os modernos legaram a nós, contemporâneos, é o alicerce da ciência com a qual lidamos hoje.

O poder sobre a alma "A tirania deixa o corpo livre e vai direto à alma." A frase é de Alexis de Tocqueville (1805-1859) e faz parte de sua principal obra – *A Democracia na América* –, publicada em duas partes entre os anos de 1835 e 1840. Na obra em questão, o pensador francês viu na busca incessante pela igualdade, característica dos federalistas norte-americanos, uma perigosa tendência para a uniformização das pessoas, para a supressão da singularidade de cada um. Embora inspirada nos ideais iluministas, a igualdade de condições entre todos os homens foi vista com desconfiança e como forte ameaça à liberdade individual. Liberdade e igualdade, dois grandes ícones da Revolução Francesa, não foram concebidos como valores complementares por Tocqueville.

Mais de um século depois, os filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer retomam aquela frase em um contexto inteiramente outro. Na obra *Dialética do Esclarecimento*, acrescentam a continuação do texto de Tocqueville: "O mestre não diz mais: você pensará como eu ou morrerá. Ele diz: você é livre de não pensar como eu: sua vida, seus bens, tudo você há de conservar. Mas de hoje em diante será um estrangeiro entre nós". A intenção dos pensadores alemães é denunciar as formas de dominação que não precisam sujeitar os corpos nem se impor pela violência física. Trata-se da dominação pela igualação e homogeneização, que atua no inconsciente (e até mesmo no consciente) dos indivíduos – naquilo que Tocqueville e a grande tradição filosófica denominaram "alma". Domesticar e direcionar os desejos, com a intenção de tornar todos iguais, revelou-se mais eficaz para a continuidade da dominação do que a sujeição física. É a sujeição do querer, que se realiza sob a aparência de total liberdade, como sugere o texto de Tocqueville. Isso se dá hoje, sobretudo, pela indústria cultural.

Indústria cultural: a técnica invade a arte

A *Dialética do Esclarecimento* foi publicada em 1947. A obra tornou conhecido o conceito de "indústria cultural". Hoje, o emprego neutro do termo, para descrever qualquer produção de arte que esteja voltada para o entretenimento, não deixa entrever o significado crítico com que foi concebido. Quando os autores começaram a utilizar essa terminologia, queriam analisar certas tendências sociais e estéticas e criticar o que consideravam novas formas de dominação pelo viés da cultura.

Aquela técnica, outrora saudada por Bacon como caminho inexorável para a dominação da natureza e melhoria da existência humana, agora se torna onipresente, atuando a serviço da ordem econômica capitalista. Ela ultrapassa o âmbito do mero fazer e, onipotente, se transforma em tecnologia. Adorno e Horkheimer sempre consideraram a arte como a expressão das tendências sociais e ao mesmo tempo a instância crítica dessas tendências.

O papel crítico-social da arte consolidara-se com seu próprio processo de constituição na era moderna ou burguesa, isto é, no momento em que ela deixou de estar a serviço do clero e da nobreza e ganhou autonomia. Assim, a arte não mais encontra sua razão de ser naquelas instituições mantenedoras, mas seus temas e formas dizem respeito apenas à sua lógica interna. Esse processo de autonomia da arte também se situa no período burguês, na etapa liberal do capitalismo. É a época em que se constitui um público apreciador de arte e ela deixa de estar referida ao deleite dos nobres ou à decoração de igrejas e composição do ambiente de recolhimento e encontro com Deus. Multiplicam-se os lugares destinados à apreciação da arte: não só os teatros, mas os museus e galerias culturais são destinados à fruição estética.

Adorno e Horkheimer deixam bastante claro que indústria cultural não é arte. E apontam as razões para fundamentar esse ponto de vista. Enquanto a arte autônoma diz respeito à produção da cultura iniciada na época burguesa (mas que não se esgota nesse período), a indústria cultural é mais afeita ao gosto mediano das massas, que constituem o tipo social predominante no capitalismo

avançado. Ela está referida principalmente aos meios técnicos de produção e difusão de cultura padronizada.

Seus exemplos mais típicos, segundo os autores, são o cinema, o rádio e a televisão. Essa última é vista como uma espécie de síntese dos outros dois, na medida em que reúne o alcance do rádio e as possibilidades técnicas do cinema no tratamento da imagem. Os autores afirmam: "A técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social". Em outros termos, enquanto a arte autônoma critica a ordem estabelecida, os produtos da indústria cultural ratificam-na sem cessar. Se, por um lado, a técnica permitiu a difusão da cultura para amplos setores da população, representando um ganho e colocando em xeque a ideia tradicional de arte e de seus modos de exposição – como pensava Walter Benjamin –, por outro, sacrificou a lógica intrínseca da arte autônoma, feriu sua autenticidade e pôs a perder sua capacidade de crítica imanente da sociedade.

Indústria cultural, mídia e o poder sobre a alma

A indústria cultural é fator de coesão social. Seu poder reside em reforçar as relações de poder estabelecidas, zelando para que a ordem dada mantenha-se constante e que o sistema que a alimenta não seja desestabilizado. Ao reforçar o caráter sempre igual das relações, a passividade diante da realidade, a ausência de crítica e o comportamento servil, ela cumpre o papel que o sistema dela espera. Nenhum esforço intelectual é exigido do ouvinte ou telespectador, o que coloca os produtos da indústria cultural em evidente oposição às obras de arte, que requerem concentração e capacidade mental para sua compreensão e fruição. A diversão, comumente usada como pretexto para o consumo da cultura padronizada, é, no fundo, a apologia da sociedade administrada. Depois de uma jornada dedicada à reprodução do capital nas fábricas e nos escritórios, nada mais salutar do que a necessidade de descanso e relaxamento que a diversão proporciona. O ciclo está completo! Assim, "a diversão favorece a resignação, que nela quer se esquecer".

Os meios de comunicação mais frequentemente analisados por Adorno e Horkheimer foram o rádio, o cinema e a televisão. Quando da redação da *Dialética do Esclarecimento*, nos anos 1940, eles tinham grande poder de penetração na vida dos cidadãos norte-americanos, mais do que outras formas de difusão de cultura padronizada. Essas também foram consideradas. O mercado fonográfico e a publicidade receberam referências mais esparsas dos autores.

A publicidade serve para dar visibilidade aos produtos. É a ponte que une os dois extremos do mundo mercantilizado: de um lado a produção, de outro a recepção e o consumo. Por isso, Adorno e Horkheimer afirmam ser a publicidade o elixir da indústria cultural. Essa afirmação é tão mais verdadeira quanto mais abundam as mercadorias. A publicidade tem a tarefa de seduzir os consumidores para a aquisição dos mais variados produtos, transformando-os em bens de imediata necessidade. Seu objetivo é transformar em valor de uso uma mercadoria que só tem valor de troca, ou seja, que foi fabricada apenas para ser vendida e não para suprir determinada carência. Para isso ela se encarrega de criar uma identificação entre o produto e o comprador. Sua posição torna-se estratégica graças ao fato de cada vez mais se produzirem mercadorias que não se diferenciam quase nada entre si: marcas de carros, de telefones celulares, hits de um mesmo gênero musical, e assim por diante. O exemplo dos anúncios de marcas de cigarro, quando eram permitidos na mídia brasileira, ilustra muito bem o argumento em questão. Associar uma suposta particularidade de cada um desses produtos a um traço específico da personalidade é a forma pela qual ela logra seu intento.

Ao tentar estabelecer uma identificação entre produto e consumidor, a publicidade pretende realizar o indivíduo como tal. No entanto, como pilar da sociedade de consumo, ela consolida o processo inverso: a castração da individualidade. Não se define o indivíduo pelo incremento de sua capacidade de consumo; indivíduo e consumidor não são termos sinônimos. Na verdade, a publicidade sacrifica o indivíduo, porque reitera sua dependência em relação ao mundo das mercadorias. Em vez de fomentar as autênticas capacidades e qualidades humanas, a publicidade representa a conquista da alma.

A indústria cultural e seu braço forte, a publicidade, realizam com requinte e maestria o temor que Tocqueville manifestara um século antes: a igualação de todos os indivíduos, que foram reduzidos agora à denominação de ouvintes/telespectadores e consumidores. Não é coincidência, portanto, que ela tenha surgido nos Estados Unidos, nação que adotou como exigência máxima a igualdade de todos

os seus cidadãos. O que para os federalistas norte-americanos era um projeto político tornou-se, no capitalismo avançado do qual os Estados Unidos são modelares, uma forma sutil de dominação, de consolidação das formas de poder e fortalecimento do sistema. Por isso e com toda razão, Adorno e Horkheimer afirmaram que a indústria cultural é o engodo das massas.

**Rafael Cordeiro Silva é professor de filosofia na UFU – Revista CULT, fevereiro de 2011*

A democracia moderna e a estética da moeda (OLGÁRIA MATOS)

Na sociedade em que tudo se pauta pela exibição midiática, desaparece o pudor, atestando-se o enfraquecimento do sentimento de vergonha ligado à moral social

Ilustração Adriano Paulino



Favorecimentos ilícitos, informações privilegiadas, tráfico de influências, gratificações particulares, desvio de verbas públicas, suborno, omissões por interesses próprios ou partidários, formação de cartéis e negligências várias são, nas democracias modernas, práticas de corrupção e, como tais, sujeitas às leis que regulam infrações. Deixando-se, pois, à Justiça a função de julgar, absolver ou condenar o governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, em 2010, sua detenção suscitou, como veiculado pela mídia, júbilo, como ocorreu também com a do ex-governador Paulo Maluf, a dos proprietários da

Daslu e da Schincariol, respectivamente. Os dominantes não estão acima da lei.

Como, desde o impeachment do ex-presidente Fernando Collor até o presente momento, o fenômeno só se tem ampliado – não se tratando apenas de segredo de informação como antes, mas de algo com maior visibilidade agora –, compreende-se que as diversas figuras da corrupção não são fato isolado, mas atravessam a sociedade inteira.

Identificando nas democracias contemporâneas dispositivos que colocam as práticas autorizadas no limiar da ilegalidade, o filósofo Walter Benjamin anotou: “O valor venal de cada poder é calculável. Nesse contexto só se pode falar de corrupção onde esse fenômeno se torna excessivamente manipulado. Tem seu sistema de comando num sólido jogo entrelaçado de imprensa, órgãos públicos, trustes, dentro de cujos limites permanece inteiramente legal” (“Imagens de Pensamento”, Rua de Mão Única).

A violência da moeda

O dinheiro como valor hegemônico na sociedade contemporânea supostamente promove a ascensão social, baseada exclusivamente em critérios econômicos e no prestígio do dinheiro. Em seu livro *O Processo Civilizatório*, Norbert Elias analisa os primórdios da “revolução burguesa” na França, indicando a democratização dos costumes da corte. A burguesia, no esforço de alcançar uma legitimidade que não fosse do dinheiro (que ainda não se impusera como valor), procurou “aristocratizar-se”, adotando a etiqueta e “as boas maneiras” como medidas da polidez e da convivialidade. Como lhe faltava o universo de tradições e méritos da nobreza, esforçou-se para ascender aos bens culturais. Mas, com a institucionalização da sociedade de consumo, os bens culturais, que exigiam iniciação para serem compreendidos em suas linguagens próprias – como as artes e os saberes literários –, foram sendo abandonados e passaram a se reger pela obsolescência constante. De onde o advento de “modas intelectuais”. A ideologia do “novo-rico” prescinde até mesmo do “verniz da cultura”.

A ideologia dominante em uma sociedade, como Marx observou, é a da classe dominante, e, em nosso tempo, a dos “novos-ricos”. O “novo-rico” é aquele que conhece o preço de todas as coisas, mas desconhece seu valor. Sob seus auspícios, a educação produz uma cultura que atrofia a sensibilidade e o pensamento; a educação é entendida pela ideologia do “novo-rico” como “serviço” e como mercadoria mais ou menos barata, dos quais o novo-rico é cliente e consumidor.

A perda da autoridade

A política institucional contemporânea participa da falência da escolaridade e da ética que a ela se vinculava quando a educação, ao menos em seus princípios fundadores, humanistas e republicanos, propunha, primordialmente, formar as crianças para fazer delas adultos mais felizes e melhores.

As detenções espetaculares de acusados de crimes do “colarinho branco” promovem uma pseudocatarse da sociedade, de onde não estão ausentes a agressividade e a “pulsão de morte”. Do outro lado, a estética “novo-rico” opera com dólares nos sapatos ou maços de reais nas roupas íntimas.

Na sociedade panóptica, em que tudo se pauta pela exibição midiática, desaparece o pudor, atestando-se o enfraquecimento do sentimento de vergonha ligado à moral social que, por sua vez, diz respeito à “flexibilização” do sentimento de culpa na consciência moral. O fim da autoridade paterna e o “pai humilhado” coincidem com a sociedade infantilizada em que não se reconhece mais a diferença entre as gerações, entre pais e filhos, masculino e feminino, bom gosto e mau gosto. Em tempos comandados pela ideologia “novo-rico”, tudo pode ser dito e mostrado; cada um de nós é chamado a apresentar em público atos e sentimentos como se fossem ideias.

Mídia e difamação: o comprometimento da democracia

A República moderna e a democracia, em suas origens e fundamentos, basearam-se, uma vez associadas, na confiança e no “franco dizer” de todos os cidadãos, isto é, na liberdade de expressão, diversa, esta, da delação. Porque hoje prospera a desconfiança como forma de sociabilidade, as delações programadas e premiadas – elaboração de dossiês sensacionalistas em época eleitoral ou denúncias por parte de funcionários e auxiliares de governo – estão se constituindo como práticas reconhecidas e aceitas pelos poderes instituídos e pela opinião pública, com recompensa cash e com a diminuição de penas criminais dos delatores quando estes são criminosos condenados pela Justiça.

O convite à delação tem uma história, cuja expressão mais próxima foi a Revolução Francesa, que reabilitou as medidas do Ancien Régime em jornais publicados entre 1789 e 1791, como *La Dénonciation Patriote* (A Denúncia Patriótica), *L’Espion de Paris* (O Espião de Paris) e *L’Écouteur aux Portes* (O Espreitor de Portas). Denúncias de vizinhos, cartas anônimas ou dossiês preparados para esses fins ocorreram também durante a ocupação alemã em Paris, na Segunda Guerra Mundial, bem como foi rotina nos regimes totalitários, na Alemanha durante o nazismo e na URSS, convertendo-se em política de Estado sob Stalin.

Da demagogia à difamação, do jogo com as engrenagens da Justiça ao direcionamento da opinião pública, da obsessão com a segurança nacional ao patriotismo perverso, da vigilância cidadã ao fim da tranquilidade individual, da defesa do bem público à transgressão do espaço privado, a delação está ligada aos momentos mais sombrios da história. O estudo da delação ao longo do tempo oferece-nos suas relações com o espaço público em que se mesclam verdades e seu contrário, informações e falsificações, intervindo diretamente na formação da opinião pública.

Na ausência de um ministério público, a Atenas democrática antiga – a mesma que inventou a política, o teatro e a filosofia – criou o “delator público”, que dizia respeito à proteção do espaço comum partilhado, o qual reinava soberano. E, para reparar seus abusos, julgava-se também o acusador, analisando suas intenções, a classe social de que provinha e outras circunstâncias de sua vida, podendo ele também ser condenado para o bem da cidade, caso suas intenções fossem de vingança, estritamente subjetivas ou particulares.

Resta saber se o recurso à delação voluntária mediante recompensa em dinheiro não induz à corrupção – dadas as oportunidades que se oferecem para quem procura desembaraçar-se de um adversário indesejado ou então para aquele que se deixa comprar por ele – e, ainda mais, quando vai se tornando um meio para o funcionamento da Justiça.

Olgária Matos é professora titular de filosofia na Unifesp – Revista CULT, fevereiro de 2011